

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Reprodução Instagram



"2026 está chegando"

Uma foto postada no Instagram pelo secretário de Economia, Ney Ferraz, despertou especulações no meio político. Ferraz escreveu: "2026 está chegando". Na foto, aparecem ele, a vice-governadora Celina Leão (PP) e o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha. A aposta é de que um dos dois pode ser o vice na chapa de Celina na disputa ao Palácio do Buriti.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Testemunha

O governador Ibaneis Rocha (MDB) foi arrolado como testemunha da acusação na denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre a trama golpista.

Fritura

O velho hábito de fritar antes de demitir parece ter chegado à ministra da Saúde, Nísia Trindade. Aliada fiel do presidente Lula, ela deve deixar o governo magoada, mesmo tendo a capacidade de compreender que esse é o jogo político.



Ministério da Saúde

Iges-DF



Um gestor político

O novo presidente do Iges-DF Cleber Monteiro, tem traquejo político. Delegado aposentado da Polícia Civil, ele foi diretor-geral da corporação no governo Arruda e sempre teve uma vinculação com os ex-deputados Alfrío Neto e Raimundo Ribeiro. É um interlocutor da política no comando da gestão do Hospital de Base e das Upas.

Ato de apoio às cozinhas solidárias

Convidados pelo deputado Guilherme Boulos (PSOL/SP), parlamentares de esquerda e o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, almoçaram, na última quarta-feira (19), na Cozinha Solidária do Sol Nascente. A unidade atende, em média, 150 famílias por dia, de forma gratuita, das segundas às sextas-feiras, e recebe alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal. O encontro se deu em apoio ao programa, alvo da oposição no Congresso Nacional, que colhe assinaturas para instalar uma CPI para apurar supostas irregularidades. A deputada federal Érika Kokay (PT) e o distrital Max Maciel (PSOL) participaram da manifestação.

Divulgação



Kayo Magalhães/CB/D.A.Press



Geovana Albuquerque/Agência Brasília



Sistema de saúde dividido

O mesmo ocorreu no DF com a secretária de Saúde, Lucilene Florêncio. Ela era respeitada por integrantes da oposição e dos órgãos de fiscalização. Mas teve dificuldades de se ajustar no modelo atual em que a gestão da saúde está dividida entre as unidades sob administração da Secretaria de Saúde e as vinculadas ao Iges-DF. Talvez o novo secretário, Juracy Lacerda, ex-presidente do Iges-DF e novo secretário de Saúde, tenha autoridade para tocar todo o sistema.

Guilherme Felix/CB/DA.Press



Livro sobre crédito e pequenos negócios será lançado

O livro Reflexões sobre crédito & pequenos negócios, de autoria do atual gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Valdir Oliveira, será lançado nesta terça-feira (25). Em sua primeira obra, Valdir discorre sobre o cenário e políticas públicas sobre crédito para os pequenos negócios e a força desse segmento para o desenvolvimento econômico do país. Valdir começou a se envolver com a pauta crédito quando ainda trabalhava no Banco do Brasil. Ele também foi superintendente do Sebrae/DF por mais de 10 anos e secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal entre 2017 e 2018. O lançamento do livro será no BSB Grill, da 304 Norte, a partir das 18h.



MANDOU BEM

O ministro Alexandre de Moraes, relator da denúncia sobre a trama golpista no STF, levantou o sigilo da delação premiada do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro Mauro Cid.



MANDOU MAL

Segundo conclusão da PGR, Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas participaram em uma trama golpista para manter o poder e atropelar a vontade das urnas que elegeram o Lula presidente da República.

"As pessoas que ficam querendo antecipar uma discussão sobre anistia estão acusando. Quando o ex-presidente fica pedindo anistia, está provando que é culpado, que cometeu crime. Ele deveria estar falando 'vou provar minha inocência'"

Presidente Lula em entrevista à Rádio Tupi



Ricardo Suckler/FP

"Toda vez que Lula está nas cordas (sem picanha, sem cervejinha, sem chicória, sem café, sem ovos, monitoramento do Pix, escândalos com ministros, gastos estratosféricos sem responsabilidade e o povo pagando aumentos exorbitantes de impostos sem o mínimo retorno), coincidentemente muitas coisas acontecem, sempre mirando o outro lado"

Ex-presidente Jair Bolsonaro



Ed Alves/CB/DA.Press



SÓ PAPOS



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O STF disponibilizou, na última quinta-feira (20), a página do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejus/STJ) – unidade responsável pelas conciliações, mediações e outras formas de solução consensual de conflitos no âmbito do tribunal. A proposta é de que seja um canal facilitador para qualquer pessoa que seja parte ou interessada em um processo que tramita na corte. O envio do caso ao Cejus/STJ é feito pelo ministro relator do processo, desde que haja a concordância das partes.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



À QUEIMA-ROUPA



CHICO LEITE
procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), professor de direito penal, parlamentar por quatro mandatos

"Os crimes de abolição violenta do estado de direito e de golpe de Estado constituem, na classificação doutrinária do direito penal, delitos de empreendimento ou de atentado, cuja tentativa equivale à consumação, por decisão do legislador ao construir a figura típica"

Gostaria de conhecer a sua interpretação sobre os fundamentos da denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Qual é a sua impressão geral, na condição de especialista em direito penal?

Tenho acompanhado o desenrolar do processo com o olhar de quem trabalha com a matéria há mais de 35 anos. Pela mídia e por áudios e vídeos divulgados pelo Órgão julgador e pelos próprios envolvidos espontaneamente, em uma transparência ideal que nem mesmo os precusores italianos Carnelutti e Chiovenda sonharam. Li a denúncia e pude ver uma peça lapidada e substancial, roteirizada e individualizadora de cada conduta em tese.

Há questionamentos sobre crimes que não foram executados. Houve muitos planos que não foram colocados em prática por diversos motivos, entre os quais falta de adesão dos comandantes do Exército e Aeronáutica. Como o MP deve proceder nesses casos?

Os crimes de abolição violenta do estado de direito e de golpe de Estado constituem, na classificação doutrinária do direito penal, delitos de empreendimento ou de atentado, cuja tentativa equivale à consumação, por decisão do legislador ao construir a figura típica. Para a sua consecução, basta a intenção e a exteriorização de atos tendentes ao resultado pretendido. Tudo que sai da mente para o exterior com o propósito esboçado caracteriza externação da ideia propulsora, independentemente da adesão ou da contrariedade de quem é chamado a colaborar. O que é irrelevante para o direito é o que se passa dentro da cabeça do autor e não se coloca na vida.

Um dos episódios em que se planejou e não se executou, independentemente dos motivos, foi a "neutralização" do ministro Alexandre Moraes, do presidente Lula e do vice, Geraldo Alckmin. Como se deve considerar essa conduta?

Pelo que inferi da denúncia e do inquérito, nas leituras proporcionadas, as ações postas em desenvolvimento

configuram apenas partes da execução do plano concebido. Provas do todo, e não necessariamente crimes em si. Não se processam aí tentativas de homicídios ou apenas depredação de monumentos, que exigiriam a demonstração de uma mudança no mundo exterior por obra dos comportamentos; mas um projeto externado em várias atitudes conjugadas de depor a ordem estabelecida, com a união de esforços e de desígnios.

Acredita que o trabalho do MP está sob julgamento, como o dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que tem sido atacado por bolsonaristas?

Quem trabalha para a sociedade está sempre sob julgamento. E é assim que as instituições se aperfeiçoam. Com críticas, não com elogios; com

a possibilidade de recursos legais de revisão, não com complacências submissas. Imagine uma Corte capturada e um MP restrito à função de mero acusador do rei, com as decisões de estado concentradas nas mãos de um ditador de plantão, como os prelos fazem supor que desejavam os hipotéticos insurgentes; eu não teria o direito de falar, você não poderia escrever e publicar e a sociedade só teria conhecimento de uma pretensa verdade cuidadosamente elaborada pelos poderosos segundo seus interesses.

Na sua avaliação, este é o momento de um julgamento exemplar em que cabem interpretações da Constituição de acordo com a gravidade dos fatos?

Salvo no magistério, como fonte de aprendizado, o termo exemplar não é recomendável na labuta com o direito. Cada caso é um caso. E o julgamento deve refletir a contemporização dos fatos comprovados com o enquadramento da Lei. Sem paixões ou partidarizações. Esta, a essência do estado de direito. Não por uma imparcialidade ingênua ou ilusória,

mas com a equidistância esperada das causas. No caso sobre o que debatemos, parece, pelo rastreo da imprensa, que as questões materiais, como a prova dos eventos, e jurídicas, como a competência para julgar, estão em grau avançado de conclusão, dada a farta discussão em feitos conexos nesses dois anos. O embate a essa altura pode ser, a meu sentir, sobre a individualização das autoridades.

O Congresso tem autoridade para aprovar um projeto que estabeleça a anistia a todos que se envolveram nesse episódio?

O Congresso, em um estado de direito, tem a legitimidade conferida pelas urnas e pela Constituição. Não ousaria dizer o que pode fazer ou não, a partir dessa definição. Agora, a base desse mesmo estado de direito é a autonomia dos poderes e um deles perdoar a quem agiu contra a sua existência soa inconstitucional.

Se isso ocorrer, a palavra final será do STF?

Em um estado de direito a última palavra é sempre do Poder Judiciário.